

Título: Programa de recebimento de efluentes não domésticos: estudo de caso da área leste da região metropolitana de São Paulo

Autor(es) Marta Camila Mendes de Oliveira Carneiro*; Gilson Oliveira Julião

E-mail para contato: camilabonini@yahoo.com.br

IES: ESTÁCIO UNIRADIAL / São Paulo

Palavra(s) Chave(s): efluentes não domésticos; PREND; sistema de esgotamento sanitário; tratamento de esgotos

RESUMO

A destinação correta dos efluentes industriais gerados no processo produtivo é uma das grandes preocupações nos dias de hoje. Para atendimento desta necessidade, existe na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) o Programa de Recebimento de Efluentes não Domésticos – PREND, da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), para recebimento e tratamento de esgotos não domésticos. Ao adotar este programa, as empresas repassam a responsabilidade do tratamento e disposição final à Sabesp, reduzem o custo operacional e atendem às exigências legais de controle da poluição ambiental. O presente trabalho apresenta os critérios de recebimento de efluentes não domésticos no sistema público de esgotamento sanitário da área leste da RMSP, operado pela Sabesp. Apresenta também as características dos efluentes dos principais processos industriais encontrados na área leste da RMSP. No Estado de São Paulo, o Artigo 19-A do Decreto 8486/76 estabelece os limites para recebimento de efluentes não domésticos na rede pública e o Decreto Lei 21.123/83, alterado pelo Decreto 31.503/90, o sistema tarifário. Entretanto, diversos estudos relatam que os limites estabelecidos pela legislação em vigor estão defasados, apresentando alguns parâmetros muito permissivos, e outros, muito restritivos. Muitas empresas que geram efluentes que atendem o Artigo 19-A podem causar problemas operacionais no sistema de esgotamento sanitário (SES) e inibir o processo biológico nas estações de tratamento de esgoto. As atividades industriais têm levado à crescente deterioração do ambiente aquático pela introdução de ampla diversidade de compostos químicos perigosos. A destinação correta dos efluentes industriais gerados no processo produtivo é uma das grandes preocupações atuais. Este trabalho buscou abordar de maneira simplificada os procedimentos de recebimento de END's nos sistema público de esgotos na área leste da RMSP. Alguns autores relatam que os limites estabelecidos pela legislação em vigor estão defasados, ou seja, alguns parâmetros são muito permissivos, e outros, restritivos. Muitas empresas que geram efluentes que atendem o Artigo 19-A podem causar problemas operacionais no SES e inibir o tratamento biológico. Essas ações possibilitarão um controle maior no recebimento de END's, atendendo a capacidade da ETE, bem como às exigências da qualidade do efluente tratado e do lodo.